

Observatório da Oposição

26 DE AGOSTO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 62



Postalís: O inesgotável legado de corrupção e má gestão petista ameaça aposentados mais uma vez

**MARCOS
ROGÉRIO**
SENADOR

SENADOR MARCOS ROGÉRIO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

**EVAIR
DE MELO**

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

PRIORIDADES DA SEMANA

1

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

2

POLÍTICA

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Go-verno Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



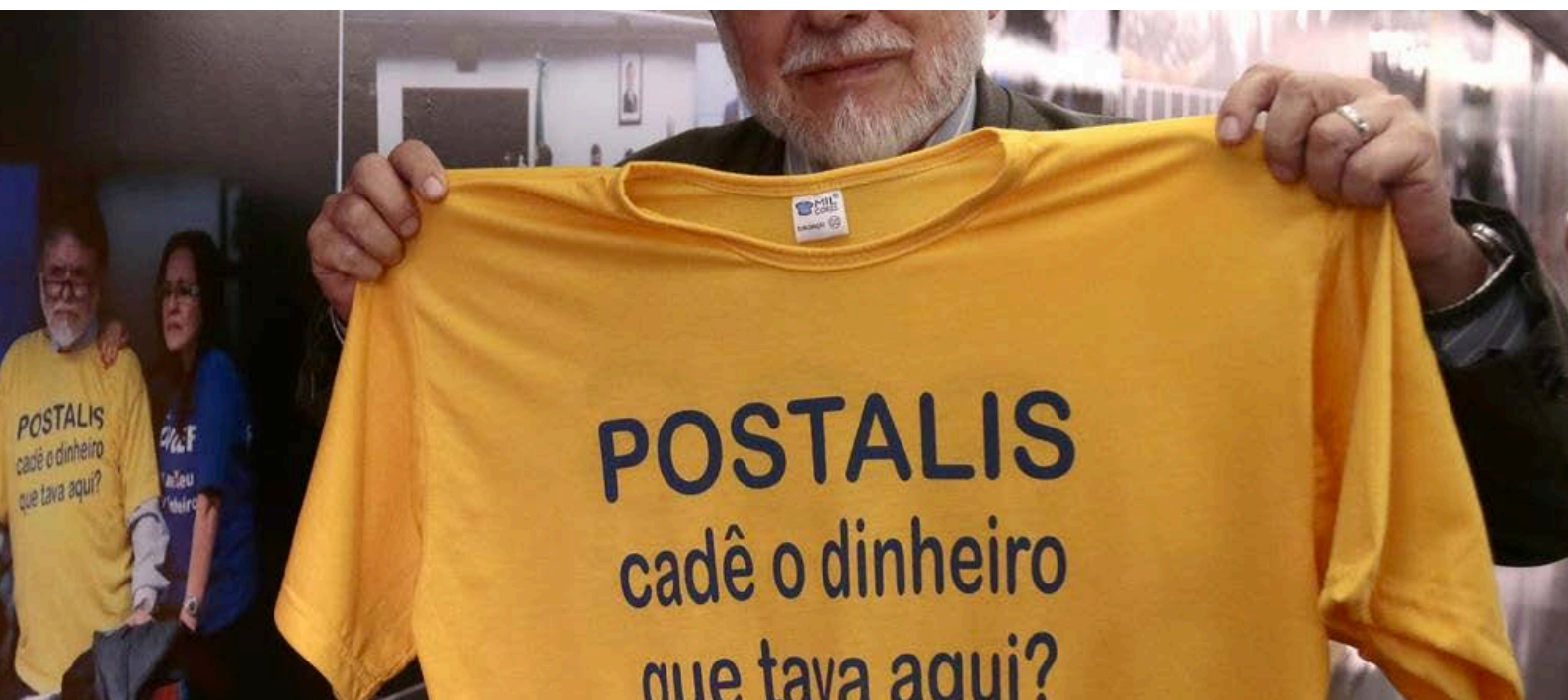
TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Postalis: O inesgotável legado de corrupção e má gestão petista ameaça aposentados mais uma vez

O fundo de pensão Postalis, dos funcionários dos Correios, tornou-se um símbolo de má gestão e corrupção durante os governos petistas. As fraudes e a falta de controle resultaram em um rombo bilionário, afetando milhares de aposentados e escancarando a falência de um modelo de gestão comprometido por interesses políticos.

Síntese

- Correios firmaram um contrato de confissão e cobriram metade do "rombo" no fundo de pensão Postalis, estimado em R\$ 15 bilhões.
- O "rombo" deriva de investimentos malsucedidos entre 2011 e 2016, durante o governo de Dilma Rousseff. Em outras palavras, até hoje o governo Dilma Rousseff causa prejuízo à população brasileira.



- O atual presidente dos Correios, Fabiano da Silva Santos, é ex-advogado do fundo Postalís e de Anônimo Carlos Conquista, ex-presidente dos Correios na época do escândalo.

Análise

- Os Correios firmaram um [contrato de confissão de dívida](#) no valor de R\$ 7,6 bilhões para cobrir metade do rombo do Postalís, fundo de pensão dos funcionários da empresa. Esse valor cobre metade do déficit de R\$ 15 bilhões, com a outra metade sendo paga por funcionários, aposentados e pensionistas da estatal.
- A maior parte desse rombo, R\$ 9,1 bilhões, resulta de investimentos malsucedidos entre 2011 e 2016, durante o governo de Dilma Rousseff. Os malfadados investimentos foram investigados pela [CPI dos Fundos de Pensão](#) e pela [Operação Greenfield](#), que apurou fraudes nos fundos de pensão.
- Dentre esses, incluem-se os títulos da dívida pública da Venezuela e da Argentina (Caso Atlântica I e II), ambos países governados por aliados ideológicos do PT. De acordo com o levantamento da CPI, houve indícios de que foram realizados por razões políticas.
- Além disso, destacam-se as aplicações em letras financeiras do Banco BVA, que já apresentava sinais públicos e notórios de problemas financeiros, e em títulos do banco Lehman Brothers pouco antes de sua falência, o que caracteriza um investimento especulativo. Também há referência ao investimento na Usina Canabrava, em um setor já fragilizado, o que reforça a natureza arriscada dessas decisões financeiras.
- Somam-se a esses os casos de Cajamar, de Galileo e do Trendbank, que demonstram que a prática de gestão temerária e fraudulenta era recorrente na gestão petista do fundo Postalís.

"Tal qual aconteceu em outros investimentos, laudos fraudulentos foram utilizados para super avaliar ativos dos controladores originais, bem como para justificar o investimento dos fundos de pensão em projetos de alto risco".

[Relatório da CPI dos Fundos de Pensão](#), conclusão do caso Canabrava, pág. 225.

- Durante a gestão de Dilma, foi implementado um [plano para equilibrar o déficit do fundo](#), mas sem sucesso, considerando que obteve um resultado negativo de 7%, muito abaixo da meta atuarial, que previa ganhos de 118%.
- Um novo acordo para resolver o déficit foi firmado em fevereiro de 2020, durante o governo de Jair Bolsonaro, mas ficou parado devido ao grande número de processos judiciais em que o Postalís busca recuperar parte dos valores perdidos em algumas das operações supramencionadas.
- O atual presidente dos Correios, Fabiano da Silva Santos, que anteriormente foi advogado do Postalís e de seu ex-presidente Antônio Carlos Conquista, optou por selar o acordo de confissão antes da resolução definitiva dos imbróglis judiciais.

Não satisfeito, Lula já quer ir às compras novamente usando os recursos dos aposentados e pensionistas.



Milhares de trabalhadores terão os recursos de suas aposentadorias aplicados no PAC. Toda vez que um governo do PT mexeu com fundo de pensão não deu bom. Para quem não tem memória, só digitar no Google “CPI Fundos de Pensão”.

[Senador Flávio Bolsonaro \(PL/RJ\)](#), na plataforma X.

- O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, enfrentando um orçamento apertado e o aumento das despesas obrigatórias, [busca agora reativar os investimentos em infraestrutura através dos grandes fundos de pensão das estatais](#), como Previ, Petros, Funcef e Postalís.
- No entanto, essa proposta levanta sérias preocupações devido ao histórico problemático do Partido dos Trabalhadores (PT) com o uso impróprio desses fundos durante gestões anteriores.
- No passado, a intervenção dos fundos de pensão em projetos governamentais resultou em escândalos de corrupção, CPIs e operações da Polícia Federal. Casos emblemáticos incluem o rombo de R\$ 15 bilhões no Postalís, que será pago pelos trabalhadores dos Correios em 30 anos; de R\$ 20 bilhões na Funcef, a ser quitado em 17 anos; e de R\$ 14 bilhões na Petros, com pagamento previsto para 18 anos.

"Depois de estourar as contas do país, PT agora quer tirar dinheiro dos aposentados para financiar gastança da companheirada. É pior do que tragédia anunciada, é a repetição de um desastre. Pergunte a um ex-funcionário dos Correios, da Caixa ou da Petrobras, que até hoje pagam do bolso o rombo que o PT causou nas suas aposentadorias, qual a opinião deles sobre a mais nova ideia genial dos economistas do governo".



[Senador Ciro Nogueira \(PP/PI\)](#), na plataforma X.

- Cabe mencionar que os relatos das ingerências e intervenções fraudulentas não se restringem à CPI dos Fundos de Pensão (2015), tendo em vista que já haviam sido descritos com detalhes na [CPMI dos Correios \(2005\)](#), instaurada durante o escândalo do Mensalão, no primeiro governo de Lula.
- Na CPMI foi definida uma sub-relatoria especializada na análise das operações fraudulentas realizadas no âmbito da Postalís.



"Revela-se, com isso, uma natureza político-estratégica da diretoria financeira, que abre espaço para especulações e, que conferem justificativa à linha de investigações da Sub-relatoria, a qual **associa os indícios de irregularidades naquelas entidades à ingerência política**, algo constatado no caso do Postalís.

Em suma, no período em questão, a Sub-relatoria identificou perdas pouco expressivas em operações com títulos públicos (R\$ 308,7 mil) e **grandes prejuízos em operações com debêntures e CDBs do Banco Santos (R\$ 36 milhões)**. **Adicionalmente, foram detectadas transações na BM&F em que há indícios de irregularidades**".

[Relatório Final da CPMI dos Correios](#), página 1354.





"Corrupção, gestão temerária, incompetência e aparelhamento da máquina pública, padrão PT de governar. O resultado já é conhecido e previsível".

[Senador Rogério Marinho \(PL/RN\)](#), na plataforma X.

- O novo plano propõe mudanças nas regras de investimento, incluindo a inclusão de debêntures de infraestrutura e o retorno aos investimentos imobiliários, mas sem abordar suficientemente os riscos que causaram prejuízos anteriormente.
- A tentativa de envolver novamente os fundos em projetos do governo, sem uma estrutura de controle e transparência robusta, corre o risco de repetir os erros do passado, colocando em perigo as reservas previdenciárias de milhares de trabalhadores e suas famílias.

O PT pintou e bordou no fundo de pensão dos Correios, e é impressionante que a estatal ainda esteja de 'pé'. Bom dia para você que vai trabalhar de sol a sol para cobrir o rombo deixado pela turma do PT.

[Senador Flávio Bolsonaro \(PL/RJ\)](#), na plataforma X.



Relações questionáveis de instituições privadas com bancos públicos acendem sinais de alerta e exigem explicações

O envolvimento do BTG Pactual em transações com bancos públicos durante o governo Lula levanta sérias questões sobre favorecimento e falta de transparência. As condições vantajosas oferecidas ao banco de investimentos, liderado por figuras próximas ao governo, exigem um escrutínio rigoroso para garantir que não haja prejuízos ao erário público.

Síntese

- Recentemente, o BTG Pactual conseguiu condições extremamente favoráveis em transações com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, incluindo descontos e empréstimos a taxas vantajosas.
- Essas transações levantam dúvidas sobre a transparência e possíveis conflitos de interesse nos bancos públicos, devido à falta de clareza nos acordos e à participação de ex-executivos e ex-funcionários dos bancos públicos no âmbito do BTG.



Análise

- Recentemente, duas transações significativas envolvendo bancos públicos foram expostas, revelando um padrão de operação questionável. Os detalhes foram apresentados nas reportagens do veículo "O Bastidor": "[A porta-giratória entre o BB e o BTG](#)" e "[Faz-me rir, Caixa](#)"
- Em particular, chama atenção que altos executivos e pessoas diretamente ligadas às diretorias dos bancos públicos foram contratados pela Enforce, empresa do grupo BTG Pactual. A Enforce [tem por foco de atuação](#) créditos inadimplidos, ativos imobiliários estressados, recuperação judicial e dívida ativa.
- A contratação de altos executivos de um banco por uma empresa em negociação com ele pode configurar conflito de interesse e uso indevido de informações privilegiadas, [conforme previsto no inciso I do art. 5º da Lei nº 12.813/13](#) e no [§4º da Lei nº 13.303/16](#), que exigem a proteção de dados sigilosos com impacto econômico.

*"Art. 5º Configura conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal:
I - divulgar ou fazer uso de informação privilegiada, em proveito próprio ou de terceiro, obtida em razão das atividades exercidas".*

[Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.](#)

"Art. 86. As informações das empresas públicas e das sociedades de economia mista relativas a licitações e contratos, inclusive aqueles referentes a bases de preços, constarão de bancos de dados eletrônicos atualizados e com acesso em tempo real aos órgãos de controle competentes.

[...]

§ 4º As informações que sejam revestidas de sigilo bancário, estratégico, comercial ou industrial serão assim identificadas, respondendo o servidor administrativa, civil e penalmente pelos danos causados à empresa pública ou à sociedade de economia mista e a seus acionistas em razão de eventual divulgação indevida".

[Lei nº 13.303, de 30 de Junho de 2016.](#)

- É evidente que os indivíduos detêm informações que não podem ser ignoradas, o que pode prejudicar a concorrência justa e influenciar indevidamente os resultados das operações a favor da empresa contratante.
- Essas transações não apenas beneficiaram o BTG de forma desproporcional, mas também lançam dúvidas sobre a integridade e transparência das decisões tomadas pelos bancos públicos. Nesse contexto, é urgente a realização de investigações para esclarecer possíveis conflitos de interesses e a preservação do interesse público.

Enforce e o Banco do Brasil

- Em maio 2024, [uma operação transferiu uma dívida da construtora WTorre com o Banco do Brasil \(BB\) para a Enforce](#), com a participação da WTorre no Allianz Parque como garantia.
- A disputa envolve financiamentos da WTorre ao BB entre 2012 e 2015, totalizando mais de 600 milhões de reais, garantidos pela participação da construtora no Allianz Parque. Após a aquisição da dívida pela Enforce/BTG, houve uma tentativa de antecipar o vencimento das parcelas para executar a garantia do estádio, um dos mais lucrativos da América Latina.
- A transação está sendo contestada na justiça de São Paulo devido a possíveis condutas inadequadas e conflitos de interesse. A WTorre acusa o grupo de Esteves de cooptar funcionários públicos, mencionando especificamente o ex-executivo do BB e atual diretor da Enforce, Antonio Leopoldo Giocondo Rossin, e os gerentes do BB, Osni Gustavo Geib e Caio Eduardo Poli Callegari.
- Antonio Leopoldo Giocondo Rossin, que desempenhou um papel crucial na compra da dívida, trabalhou 27 anos no BB, gerenciando as linhas de financiamento da WTorre e atuando como superintendente nacional de Recuperação de Crédito. Após sua transferência para o BTG em 2022, passou a negociar com ex-subordinados, os gerentes do BB, Osni Geib e Caio Calegari.
- A defesa da WTorre também alega que, antes da venda da dívida ao BTG, procurou os gerentes do BB para negociar um desconto no pagamento antecipado, mas o banco se recusou, afirmando que a dívida estava em dia e garantida pela participação no Allianz Parque.

- Além disso, a defesa afirma que o BB não cumpriu o contrato ao transferir as garantias a terceiros sem a anuência da construtora. Essas ações levantam suspeitas sobre a conduta dos agentes do BB e a higidez da transação.
- Em 29/04/2024, [Esteves compareceu em reunião em que não constava como participante](#). Oficialmente, seria um [encontro entre Lula e Haddad](#), mas após comunicação do ministro à imprensa de que teria acompanhado o presidente em audiência, a agenda foi atualizada para que constasse a presença de André Esteves.
- [Requerimento de Informação](#) encaminhado por parlamentares na Câmara dos Deputados pede que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, esclareça a situação, tendo em vista que [o Banco do Brasil é uma entidade vinculada à pasta](#).

Enforce e a Caixa Econômica Federal

- A operação bilionária entre a Caixa Econômica Federal e o BTG, que envolveu o repasse sigiloso do bairro Ilha Pura, no Rio de Janeiro, em condições altamente favoráveis ao BTG, foi finalizada em agosto de 2024.
- Durante a negociação, [a esposa de um dos vice-presidentes da Caixa trocou seu emprego na Caixa por um cargo na diretoria do BTG](#). Assim como na compra da dívida da WTorre pelo BTG, a venda do Ilha Pura pela Caixa também ocorreu após a ida de um ex-funcionário público para o banco privado: Melissa Barros, esposa do ex-vice-presidente da Caixa, Celso Barbosa, que participou da negociação do Ilha Pura.
- Originalmente o projeto da Carvalho Hosken em parceria com a Odebrecht, o Ilha Pura, um conjunto de condomínios na Barra do Rio de Janeiro, foi financiado pela Caixa em 2014 com um empréstimo recorde de 2,3 bilhões de reais, garantido pelo terreno e pelos apartamentos a serem construídos. Contudo, após a crise econômica e a quebra da Odebrecht, a Carvalho Hosken assumiu o projeto, que enfrentou baixa demanda, resultando no fracasso do empreendimento.

- De acordo com [reportagem do veículo "O Bastidor"](#), que obteve detalhes da transação, o BTG conseguiu um acordo vantajoso na compra da dívida do Ilha Pura, estimada em cerca de 3 bilhões de reais: um desconto de 964 milhões de reais e, dos 2,1 bilhões restantes, pagará apenas 1,2% de entrada. Ademais, o restante da dívida será paga em 12 anos com uma carência de um ano e juros de 2,9% ao ano, sem indexador. Além disso, a Caixa liberará todas as garantias e deixará de acompanhar o empreendimento.

Lula e Esteves

- A relação entre o PT e Esteves despontou em 2011, quando o [BTG assumiu o PanAmericano após um escândalo fraudulento](#). A operação comprometia a Caixa Econômica Federal, que havia comprado cerca de 35% da empresa, e o socorro do BTG blindou o governo de críticas e processos. Desde então, [obteve apoio do Planalto](#) e expandiu seus negócios internacionalmente.
- Após deixar a presidência, [Lula teve viagens financiadas pelo BTG Pactual](#), que o contratou para diversos eventos em Nova York, Londres, México e Estados Unidos.
- Concomitantemente, durante o governo de Dilma Rousseff, surgiram denúncias de favorecimento ao BTG Pactual. Em sua [delação premiada](#), o ex-ministro Antônio Palocci revelou um suposto esquema de vazamento de informações confidenciais sobre alterações na taxa Selic do Banco Central, envolvendo o banqueiro André Esteves e o ex-ministro Guido Mantega.



- [Esteves chegou a ser preso sob suspeita de planejar a obstrução das investigações](#) da Operação Lava Jato, segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR). À época, foi acusado de ter prometido financiar um esquema de pagamento mensal de R\$ 50 mil à família de Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras, para evitar sua delação premiada, em conluio com o senador Delcídio Amaral (PT-MS) e o advogado Édson Ribeiro.
- Atualmente, em eventos públicos, Esteves exerce um papel de "embaixador informal" do governo no mercado financeiro, [elogiando seus programas e destacando a responsabilidade fiscal e tributária](#), com o novo arcabouço fiscal, a Lei do Carf e a reforma tributária. Além disso, apontou o "Novo PAC" como forma eficaz de cumprir as promessas de campanha.
- Cabe mencionar ainda que Nelson Jobim, ex-ministro da Defesa de Lula, é atualmente sócio do BTG Pactual e [tem atuado na intermediação de encontros](#) envolvendo o banco e o governo. [Jobim foi também conselheiro informal de Lula durante o processo do impeachment de Dilma Rousseff](#), sendo considerado por pessoas próximas do presidente e pelo próprio como uma [pessoa de confiança](#).



2 POLÍTICA

Governo Lula prioriza desperdício em Itaipu e deixa consumidor à mercê de tarifas elevadas

A gestão petista na Itaipu Binacional tem se caracterizado por um aumento exponencial nos gastos, sem a correspondente melhoria nos serviços e no retorno para a sociedade. A empresa, que já foi exemplo de eficiência, hoje se vê mergulhada em um mar de despesas questionáveis e de decisões políticas duvidosas.

Síntese

- Em 2023, Itaipu Binacional aumentou suas despesas gerais e administrativas em R\$ 3,5 bilhões (US\$ 672 milhões), com um crescimento de 82,46% (R\$ 2,2 bilhões) nas despesas de responsabilidade socioambiental e 49,84% (R\$ 1,4 bilhões) nas despesas de operação, manutenção e administração.



- Esse aumento reflete a alocação de recursos em projetos locais questionáveis, em vez de reduzir tarifas de energia e aliviar a carga financeira sobre os consumidores brasileiros, especialmente as classes mais vulneráveis.

Análise

- Em 2023, as despesas gerais e administrativas da Itaipu Binacional aumentaram em R\$ 3,5 bilhões (US\$ 672 milhões), com destaque para um crescimento de 82,46% (cerca de R\$ 2,2 bilhões) nas despesas relacionadas ao programa de responsabilidade socioambiental.
- As despesas com operação, manutenção e administração também aumentaram cerca de 49,84% (aproximadamente R\$ 1,4 bilhões) no mesmo período, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Dispêndios anuais com Despesas Gerais e Administrativas - Itaipu Binacional

Moeda (em milhares de dólares)	2022	2023	Variação
Programas de responsabilidade socioambiental	(505,2)	(921,8)	82,46%
Operação, manutenção e administração	(511,4)	(766,3)	49,84%
Total das despesas gerais e administrativas	(1.016,6)	(1.688,1)	66,05%

Fonte: [Demonstrações contábeis e Relatório dos Auditores Independentes - 2023.](#)

- A expansão dos gastos foi elogiada por Lula como um compromisso de Itaipu e seus dirigentes com a responsabilidade social. No entanto, o mandatário olvida que a verdadeira responsabilidade seria economizar esses recursos e repassá-los como descontos nas contas dos consumidores de energia, beneficiando brasileiros de todas as camadas sociais.



“Quando temos uma empresa pública, mesmo sendo binacional, que tem volume de rentabilidade, é preciso que você utilize uma parte desse dinheiro dando ao povo melhor qualidade de vida”.

[Lula, em entrevista à Rádio T \(Paraná\).](#)

- Grande parte desse resultado negativo se deve à expansão do programa "Itaipu, Mais que Energia", que apresenta um escopo flexível e permite a inclusão de obras e serviços em 434 municípios, abrangendo todos no Paraná e 35 em Mato Grosso do Sul.
- Dentre as obras e serviços beneficiados estão a pavimentação de estradas rurais e ruas em cidades, obras e edificações públicas (ex. construção de terraço, reforma e ampliação de escola, construção de parques), bens (ex. biodigestores e trituradores de galhos), assistência técnica de natureza agrícola ou ainda um hermético e recorrente "outros serviços de terceiros", que pouco ou nada tem relação com a atividade fim de Itaipu.
- Não discutimos o mérito das iniciativas, mas sobram casos que evidenciam a utilização do programa como complementação orçamentária de municípios, em possível desvio de finalidade dos recursos e [provável interesse político-eleitoral](#). Lembremos que o Paraná é o estado original da Lava-Jato e o PT perdeu capital político e um número significativo de prefeituras na região, [caindo de 43 para 10 nas últimas eleições](#).
- Reconhecemos ainda o apelo da iniciativa, que exige apenas uma contrapartida de um montante entre 5% e 15%, a depender da arrecadação no ano anterior. **Na prática, é um mecanismo que multiplica razoavelmente as disponibilidades orçamentárias do município, tendo em vista que o complemento é feito pelo programa "Itaipu, Mais que Energia", representando entre 85% e 95% do valor da iniciativa.**
- A falta de transparência nos desembolsos do programa é outro problema, apontado até mesmo por beneficiários e pela sociedade civil organizada. [A Associação dos Municípios do Setentrião Paranaense \(Amusep\)](#), por exemplo, cobrou a divulgação de dados concretos, planilhas e resultados do programa, em vez dos limitados releases de imprensa e fotos ilustrativas como tem sido a prática.

- Por sua vez, [especialistas do setor criticam](#) a alocação dos recursos economizados com a dívida de Itaipu, questionando por que consumidores de todo o Brasil devem financiar obras em áreas específicas, desviando o benefício esperado para todas as regiões.
- No que tange às despesas relacionadas à "Operação, manutenção e administração", observa-se um aumento significativo nos gastos com pessoal (+38,30%). Esse incremento é principalmente atribuído ao aumento de salários, benefícios e ao pagamento de passivos relacionados a planos previdenciários, conforme detalhado na Tabela 2.

Tabela 2. Dispêndios anuais com Operação, manutenção e administração - Itaipu Binacional

Moeda (em milhares de dólares)	2022	2023	Variação
Pessoal	(483,4)	(668,5)	38,29%
Materiais	(28,9)	(31,9)	10,38%
Serviços de Terceiros	(98,8)	(110)	11,33%
Provisões - Constituição/Reversão	97,5	44,9	46,05%

Fonte: [Demonstrações contábeis e Relatório dos Auditores Independentes - 2023.](#)

- Mais uma vez "o amor venceu", enquanto o presidente e seus colaboradores persistem em utilizar recursos em benefício de estratégias políticas, ao invés de empregar esses fundos na desoneração da população brasileira.
- Em particular, a classe C, D e E, mais vulnerável aos impactos inflacionários das contas de energia, permanecem à mercê de uma gestão que prioriza interesses políticos em detrimento do bem-estar social.
- E os números parecem ainda não refletir outro investimento questionável com recursos das contas de energia que chegará às contas da binacional: o [convênio de R\\$ 1,3 bilhão](#) entre Itaipu, o Governo do Pará e a Prefeitura de Belém para financiar a COP 30.

MME defende tarifas baixas, mas governo aumenta custos com subsídios e obras controversas

Enquanto o Ministro de Minas e Energia defende publicamente a redução das tarifas de energia, o governo petista continua a aprovar subsídios e a investir em obras duvidosas, elevando os custos para os consumidores e minando a sustentabilidade do setor elétrico.

Síntese

- Durante uma audiência no Congresso, o ministro Alexandre Silveira afirmou que não quer ser responsável por tornar a "conta de luz mais cara do mundo", criticando o impacto dos subsídios da CDE e destacando a necessidade de buscar outras fontes de financiamento.
- No entanto, as políticas introduzidas pela pasta de Minas e Energia atuam em direção oposta, com destaque para as medidas provisórias [1.212/2024](#) e [1.232/2024](#), que aumentam a conta de subsídios na CDE e transferem o custo deficitários da operação da Ambar Energia (grupo J&F) para os consumidores de energia.



- Preocupa-nos também o anúncio da retomada açodada de Angra 3, considerando que há dúvidas substanciais sobre sua viabilidade e custo, inclusive, detalhadas pelo TCU. Ademais, a usina esteve envolvida em esquemas denunciados de corrupção em gestões petistas anteriores.
- Embora o discurso do ministro se empenhe em desviar das suas próprias responsabilidades, é patente que as ações do governo promovem a expansão dos subsídios energéticos, o que, por sua vez, eleva os custos para os consumidores de energia no Brasil.

Introdução

- [Durante uma audiência na Comissão de Minas e Energia na Câmara dos Deputados](#), o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, declarou que não seria responsável pela "conta de luz mais cara do mundo", referindo-se ao aumento dos subsídios concedidos pelo governo através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que é financiada pelos consumidores de energia.



"Mas eu não vou ser o pai da conta de energia mais cara do mundo. Nós já somos uma das mais caras. Eu não vou ser o pai da conta de energia mais cara do mundo. Eu não vou sair com esse título dessa missão tão nobre de cuidar do setor elétrico brasileiro".

[Alexandre Silveira, Ministro de Minas e Energia, em audiência na CME.](#)

- A declaração do ministro sobre a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) parece uma tentativa de desviar a responsabilidade do governo petista pelo aumento das tarifas de energia, ignorando que mais de 50% dos custos da CDE são oriundos subsídios e que o governo atual não buscou fontes alternativas de financiamento.

"Eu tenho sofrido e perdido alguns amigos pela minha postura de dizer que não dá mais para aceitar custos na CDE. Os senhores precisam compreender que 80% da CDE quem paga é o consumidor regulado no Brasil. Só 20% são pagos pelo consumidor livre. Mais de 50% dos custos da CDE são políticas que não são do setor elétrico. Está aqui a CDE: são 40, 316 bilhões de reais. Eu ando com isso diariamente na minha mesa".

"Não dá para nos orgulhar tanto da nossa matriz energética e continuar empurrando, porque é muito mais fácil empurrar conta na CDE do que buscar orçamento no (ininteligível). **Permitam-me a liberdade de dizer para os senhores que nós precisamos de achar outra fonte de financiamento para os interesses republicanos, porque nós temos de continuar estimulando matriz energética no País**".

[Alexandre Silveira, Ministro de Minas e Energia, em audiência na CME.](#)

O peso dos subsídios patrocinados pelo Governo Petista

- O [Relatório "Orçamento de Subsídios da União 2023"](#) do Ministério do Planejamento e Orçamento indica que, entre 2003 a 2015, os governos petistas ampliaram constantemente os subsídios, que aumentaram de 2,96% para 6,66% do PIB, um crescimento de 3,69 pontos percentuais.
- Após 2015, coincidindo com o processo de impeachment de Dilma Rousseff, os subsídios foram reduzidos, caindo para 4,66% do PIB em 2020.
- No caso específico dos subsídios energéticos, o descontrole do governo sobre a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é digno de nota, **com um aumento de 20% apenas no primeiro ano do governo Lula (R\$ 6,8 bilhões)**.
- [Estima-se que cada R\\$ 1 bilhão adicional na CDE eleve as tarifas de energia em 0,5 ponto percentual.](#)

Tabela 1. Subsídios no Setor de Energia (CDE) - em bilhões.

Subsídios no setor de energia	2022	2023	2024*
CDE	33,5	40,3	24,5

Fonte: [Subsidiômetro \(Aneel\)](#). *Valor parcial até 14/08/2024.

A ampliação de subsídios de energia contratada pelo governo Lula III (MP 1.212/2024 e MP 1.232/2024)

- Recentemente, em medida provisória editada com a [chancela da pasta de Minas e Energia](#), o governo ofereceu subsídios que beneficiam diretamente a Âmbar Energia, empresa do grupo J&F (Irmãos Batista).



"Já solicitei a convocação do ministro Alexandre Silveira para dar a ele a chance de explicar tantas coincidências".

[Senadora Damares Alves \(Republicanos/DF\)](#), na plataforma X.

- A [MP 1.232/2024](#) encarece a conta de luz ao transferir dívidas da Amazonas Energia da para o EER (Energia de Reserva), afetando negativamente famílias de baixa renda, consumidores do Norte e Nordeste, e aumentando custos para a indústria, que pode repassar o aumento aos produtos com reflexos inflacionários.
- Ademais, destacamos também a [MP 1.212/2024](#), que estendeu os subsídios concedidos a fontes renováveis de energia, os quais impactam diretamente a CDE.
- Especialistas alertam que a extensão dos subsídios para o setor de energia renovável no uso das linhas de transmissão [resultará em um aumento de até 7% nas contas de luz a partir de 2029 e beneficiará empresas já lucrativas](#), transferindo os custos desses subsídios desnecessário para a população através da CDE.
- Por fim, o ministro defendeu a antecipação de recebíveis da alienação da Eletrobras para quitar R\$ 7,8 bilhões da Conta COVID e da conta de escassez hídrica, medida também viabilizada pela [MP 1.212/2024](#).

"17 encontros com a empresa e aí sai uma MP que a beneficia? E logo para empresa desses irmãos Batista, que já confessaram atos de corrupção nos governos petistas? Esse ministro terá que comparecer aqui no Senado para se explicar".

[Senadora Damares Alves \(Republicanos/DF\)](#), na plataforma X.





"Um recado aos irmãos Batista: não tenho medo de vocês!".

[Senador Cleitinho \(Republicanos/MG\)](#), na plataforma X.

- Ele afirmou que isso reduziria as [tarifas de energia entre 3% e 10%](#), mas especialistas, como a [consultoria Volt Robotics](#), estimam que a redução será de apenas 0,2% a 4,3%, dependendo da distribuidora.
- Nesse sentido, o que está sendo proposto pelo ministério e divulgado como um grande feito é apenas uma troca de uma módica economia a curto prazo por um aumento expressivo do custo de subsídios a médio e longo prazo, o que encarecerá a energia para os consumidores brasileiros.

Retomada de Angra 3

- Na audiência, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, destacou ainda a necessidade de concluir a usina nuclear de Angra 3, paralisada em 2015, afirmando que não gostaria que a obra se tornasse um "mausoléu" ou símbolo de má gestão.

"Nenhum de nós, em sã consciência, não vai carregar nem vai ficar com aquele mausoléu — porque ele hoje é um mausoléu! — para servir de visitação pelo mundo, enxergando aquilo ali como um fracasso de gestão do Governo brasileiro".

[Alexandre Silveira, Ministro de Minas e Energia, em audiência na CME.](#)

- [De acordo com Silveira](#), o Brasil já investiu R\$ 20 bilhões em Angra 3. Por sua vez, [o ex-presidente da Eletronuclear](#), Eduardo Grand Court, informou que a usina já havia recebido um aporte de R\$ 7,8 bilhões, mas que seriam necessários mais R\$ 20 bilhões para concluir o projeto até 2029.
- O [Acórdão 666/2024](#) do TCU indica que a construção de Angra 3 resultará em um custo excedente de R\$ 43 bilhões, elevando as tarifas das distribuidoras em 2,9%, apesar dos possíveis benefícios para o desenvolvimento de uma política nuclear nacional.

"O que se pode afirmar, sem sombra de dúvida, a partir dos estudos promovidos pelo TCU em trabalhos de auditorias absolutamente técnicos, operacionalizados com base em metodologias padronizadas e alinhados com as melhores práticas internacionais, é que, independentemente de potenciais externalidades positivas do empreendimento para a política nuclear nacional, **os encargos aos consumidores serão muito mais altos em caso de continuidade da construção de Angra 3 do que de abandono do Projeto**".

"9.4.1. o alcance da viabilidade econômica do empreendimento UTN Angra 3 via tarifa, à luz do art. 10, § 3º, da Lei 14.120/2021, **implicará custo médio excedente para os consumidores da ordem de R\$ 43 bilhões, em termos reais**, quando confrontadas as alternativas de geração, conforme estudo da EPE, com potencial de não observância do princípio da modicidade tarifária, **representando encargo adicional líquido para os consumidores de energia elétrica da ordem de 2,9% nas tarifas das distribuidoras**".

[Acórdão 666/2024 - Plenário.](#)

- Por fim, ressalta-se que durante o último governo do PT, a tentativa de continuidade das obras da Usina de Angra 3 foi marcada por denúncias de corrupção. [De acordo com o relato de ex-executivos da construtora Andrade Gutierrez](#), a empresa teria feito doações para campanha do PT, com o interesse escuso de participar das obras da usina.



Petrobras à deriva: A nova onda de aparelhamento político sob a gestão de Magda Chambriard

Sob a gestão de Magda Chambriard, a Petrobras passou por um processo acelerado de politização, com nomeações partidárias e decisões orientadas por interesses políticos. Este cenário compromete a eficiência da estatal e coloca em risco o futuro da maior empresa de energia do país.

Síntese

- A reestruturação da Petrobras, sob a liderança de Magda Chambriard, tem causado inquietação entre investidores devido ao aumento da influência política e sindical, com a substituição de quadros técnicos por nomes ligados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à Federação Única dos Petroleiros (FUP).
- Minoritários e especialistas criticam as nomeações na Petrobras por não atenderem aos critérios técnicos, afirmando que a flexibilização dos requisitos para acomodar indicações políticas pode prejudicar a eficiência da empresa e sua imagem internacional, como ocorreu no passado recente.



Análise

- A reestruturação da Petrobras, liderada por Magda Chambriard, tem gerado preocupações significativas entre investidores, principalmente devido ao aumento da influência do PT e dos sindicatos na gestão da estatal.
- De acordo com levantamento realizado pelo jornal "[Folha de São Paulo](#)", foram trocadas 17 gerências-executivas na estatal, com nomes ligados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) e ao PT.
- Frisamos que as gerências-executivas gozam de prerrogativas e condições relevantes na petrolífera, contando com [salários próximos a R\\$ 80 mil](#) e orçamentos robustos sob sua gestão.
- Eduardo Costa Pinto, William Nozaki e Rodrigo Leão, ex-integrantes do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP), criado pela FUP, foram recentemente alocados em cargos na estatal. Costa Pinto na gerência-executiva de Exploração e Produção; Nozaki e Leão na diretoria de Transição Energética e Sustentabilidade. Cabe ressaltar que Nozaki também foi assessor de Aloizio Mercadante no BNDES.
- Todavia, observamos que a influência não se restringe às gerências-executivas. O novo advogado-geral da Petrobras é Wellington Cesar Silva, que é um nome fortemente ligado ao PT, em especial, a Rui Costa, ministro-chefe da Casa Civil. Anteriormente, Wellington Silva ocupou cargo de assessor jurídico da Casa Civil.
- Chambriard trouxe também Giles Azevedo para a assessoria da presidência da estatal. Azevedo, [ex-chefe de gabinete de Dilma Rousseff](#), que será responsável por gerenciar o relacionamento da empresa com o poder público. Em caso recente, Azevedo foi [acusado por Mônica Moura](#), esposa do marqueteiro João Santana, de ser o artífice de esquema financeiro ilegal para beneficiar as campanhas presidenciais de 2010 e 2014.



"A culpa nunca é do governo nem da má gestão da Petrobras".

[Senador Izalci Lucas \(PSDB/DF\)](#), na plataforma X.

- Esses nomes somam-se ao diretor financeiro indicado pelo Palácio do Planalto, Fernando Melgarejo, que estava na Previ, o fundo de previdência dos funcionários do Banco do Brasil.
- Minoritários criticam as nomeações por não atenderem aos normativos internos: Fernando Melgarejo não cumpre o requisito de proficiência em inglês ([Ata da Reunião N° 333 do Comitê de Pessoas](#)), enquanto Eduardo Costa Pinto, William Nozaki e Rodrigo Leão não atendem à exigência de pelo menos 36 meses de experiência em posição de chefia superior para candidatos externos a gerências executivas.
- Nos últimos meses, ganhou notoriedade ainda a ascensão de [Danilo Ferreira da Silva](#), ex-chefe de gabinete de Prates. Sob a gestão de Chambriard, Silva foi nomeado conselheiro da Petrobras e diretor financeiro da Transpetro, sendo considerado pela FUP como sendo um "[representante da categoria](#)" e reconhecido como um [homem de confiança de João Vaccari Neto](#), ex-tesoureiro do PT.

"Aparelhamento da máquina pública, prejuízo nas estatais e corrupção".

[Senador Izalci Lucas \(PSDB/DF\)](#), na plataforma X.



- De acordo com [informações veiculadas pela imprensa](#), Silva gerencia as indicações políticas na empresa, desde conselhos e gerências até dirigentes de unidades locais, e mantém contato direto com os ministros Alexandre Padilha e Rui Costa.
- Por fim, destaca-se a mudança na gerência-executiva de Sistemas de Superfície, Refino, Gás e Energia da Petrobras, responsável por licitações e projetos com um orçamento anual de US\$ 14 bilhões. O órgão agora será agora liderado por [Flávio Fernando Casa Nova da Motta, ex-gerente do Comperj e da Refinaria Abreu e Lima](#), projetos que geraram prejuízo de US\$ 27 bilhões e foram paralisados pela Operação Lava-Jato.
- [Segundo a colunista Malu Gaspar](#), até mesmo Chambriard, que fez uma aliança com a FUP para assegurar sua nomeação pelo presidente Lula e tem promovido a troca de executivos para posicionar mais aliados da federação em cargos estratégicos, já está mostrando desconforto com o "expansionismo" dos sindicalistas na estrutura da empresa.

- [Cálculos realizados pelo Citi](#) atestam a aceleração nas trocas das lideranças na empresa petrolífera. Entre 1º e 13 de agosto, houve um aumento de 35% na rotatividade na diretoria-executiva, 31% entre os gerentes-executivos, 25% entre os gerentes gerais e demais funções.
- Essas mudanças repentinas reforçam as preocupações sobre a possível repolitização da Petrobras, uma vez que os critérios técnicos estão sendo flexibilizados para acomodar indicações de caráter político. No passado recente, a intervenção governamental e sindical na gestão da Petrobras teve consequências negativas para a companhia.
- A politização na gestão da Petrobras ameaça sua eficiência, prejudica sua imagem internacional e pode comprometer a confiança dos investidores, impactando negativamente sua performance financeira e contribuição ao desenvolvimento do Brasil.



Lula e Silveira atacam autonomia das agências reguladoras, reeditando postura intervencionista do primeiro mandato

O governo petista intensifica seus ataques às agências reguladoras, tentando dismantelar a autonomia desses órgãos que são cruciais para a regulação de setores estratégicos da economia. A interferência política ameaça a imparcialidade e a eficiência das agências, comprometendo a qualidade dos serviços prestados à população.

- Assim como em seu primeiro governo, Lula e seu ministro promovem ataques às agências regulatórias. Na época, disse que pretendia mudar o papel das agências por estarem independentes demais. Dilma Rousseff, enquanto ministra de Minas e Energia, dizia ser preciso redefinir o papel delas.
- Agora é a vez de Alexandre Silveira, também ministro de Minas e Energia, condenar a autonomia das agências. Esqueceram, porém, que elas gozam de natureza especial caracterizada pela **ausência de tutela ou de subordinação hierárquica**, e que o **controle externo delas deve ser exercido pelo Congresso Nacional**, com auxílio do Tribunal de Contas da União, por força de lei.



- Nos últimos dias, tanto Lula quanto seu ministro de Minas e Energia lançaram ataques contra a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, respectivamente.
- O ministro de Minas e Energia formalizou a ameaça expressa à Aneel. Emitiu o [Ofício nº 368/2024/GM-MME](#), endereçado ao Diretor-Geral da agência, atacando diretamente a atuação das diretorias, fundamentando seu pedido de informações em acusações de omissão e retardamento na análise do que ele chamou de marcos normativos setoriais.
- No documento, divulgado pelo [Poder 360](#), o ministro chega a afirmar que não havendo providências para superar “eventuais dissensos e assegurar a desejável e necessária atuação coordenada e uniforme de seus integrantes, viabilizando, enfim, o indispensável concerto interno”, **impelirá àquele ministério a intervir na agência.**
- A ameaça expressa de intervenção, mesmo ferindo o princípio da legalidade, condiz com a postura do ministro em audiência na Câmara dos Deputados (13/08) na qual expressou seu descontentamento com a atuação das agências atribuindo o descompasso entre os interesses do governo e a atuação das agências ao fato das diretorias terem sido escolhidas pelo “governo anterior”.



*“Quem ganha eleição numa democracia tem o direito de ter um governo que formule as políticas públicas e que os agentes reguladores executem essas políticas. Infelizmente, há um descasamento de interesses entre o **governo que ganhou a eleição e os órgãos reguladores do país**. Há, inclusive, um boicote ao governo, porque as agências reguladoras, a maioria que está aí, foi escolhida pelo governo anterior”*

(recorte da matéria do Poder 360).

- No entanto, as agências, enquanto estruturas apartadas dos ministérios, devem responder a propósitos de Estado e não de governo. Além disso, seus dirigentes foram investidos nos cargos após aprovação do Senado Federal.
- A doutrina é uníssona em definir a atuação das agências reguladoras como autônomas ao Poder Executivo:

*“[...] entidades administrativas com alto grau de especialização técnica, integrantes da estrutura formal da administração pública, instituídas como autarquias sob regime especial, com a função de regular um setor específico de atividade econômica ou um determinado serviço público, ou de intervir em certas relações jurídicas decorrentes dessas atividades, **que devem atuar com a maior autonomia possível relativamente ao Poder Executivo e com imparcialidade perante as partes interessadas** (Estado, setores regulados e sociedade).”*

(ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo descomplicado. 25ª ed., São Paulo: Método, 2017, p. 204).

- Além da ausência de tutela ou de subordinação, as agências, conforme disposto no art. 3º da Lei Geral das Agências (Lei 13.848/19), dispõem de **autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira**, bem como de **investidura a termo de seus dirigentes, com estabilidade durante os mandatos**.
- Coincidentemente, passados dez meses da criação do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG ([Decreto nº 11.738/23](#)), o presidente fez publicar no dia 21 o [Decreto nº 12.150/24](#), instituindo a Estratégia Nacional de Melhoria Regulatória – Estratégia Regula Melhor, explicitando que os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão observar as diretrizes e os objetivos da estratégia e que assumirão a “responsabilização, integridade, obrigação de prestação de contas e necessidade de justificar as ações que foram ou deixaram de ser praticadas”.
- Lula que havia afirmado em reunião ministerial de 8 de agosto que as agências foram capturadas por interesses empresariais durante a administração de Jair Bolsonaro, [conforme apurou Mateus Maia e Geraldo Campos Jr. em matéria divulgada pelo Poder 360](#), agora faz cobranças públicas à ANVISA. Atribuindo à agência a responsabilidade pela não liberação de comercialização de medicamentos. Chegando ao ponto de afirmar que aquele órgão poderia vir a atuar em uma espécie de causa própria.



"Quando algum companheiro da Anvisa perceber que algum parente dele morreu porque um remédio que poderia ser produzido aqui não foi porque eles não permitiram, aí a gente vai conseguir que ela seja mais rápida e atenda melhor os interesses do nosso país"

- Direto ao ponto, o Diretor-Presidente da ANVISA, Barra Torres, atrelou a agilidade da agência à atuação do governo em recompor sua força de trabalho. Lembrou do necessário cumprimento dos procedimentos de análise e liberação de comercialização de fármacos, que garante à agência o status de reconhecimento internacional; e das inúmeras notificações enviadas ao governo federal acerca da necessidade de recomposição de seu quadro efetivo. [Foram 26 ofícios enviados, solicitações que tiveram início desde a equipe de transição.](#)
- Na época, o Senador Humberto Costa (PT-PE) chegou a declarar que [fazia parte das preocupações da equipe de transição a reposição de servidores da ANVISA e da Agência Nacional de Saúde \(ANS\).](#)



"Certamente a gente tem um diagnóstico, e hoje deve ser reafirmado. O próprio setor regulado, medicamentos, cosméticos, nas conversas que tivemos, todos eles demandam que a Anvisa seja mais ágil, tenha mais gente para poder emitir os pareceres. Certamente, essa é uma preocupação que estará nos relatórios"

- Barra Torres fez questão de registrar que, mesmo diante do reduzido quadro de pessoal (cerca de 1,6 mil, com previsão de aposentadoria de 600, e necessidade de 2,2 mil), o governo federal atuou requisitando 35 servidores de seu quadro, contribuindo ainda mais para a redução de sua capacidade efetiva.



O apadrinhamento de ouro: Como prefeituras aliadas ao PT garantem bilhões em recursos públicos

A rápida liberação de recursos para prefeituras aliadas ao PT revela um esquema de apadrinhamento descarado, onde cidades governadas por políticos próximos ao presidente Lula são privilegiadas com verbas públicas em detrimento de outras regiões do país. Essa prática evidencia o uso político do orçamento da União para favorecer aliados e garantir apoio eleitoral.

- O prefeito de Araraquara – SP conseguiu a aprovação da liberação de recursos no prazo de 24h, um feito considerado raro por muitos na esplanada dos ministérios. Bastou uma ligação para o Ministro Jader Barbalho Filho. Foi isso que as [colunistas Julia Affonso e Andreza Matais do portal TAB OUL apuraram acerca dos R\\$ 143 milhões pleiteados pela prefeitura de Edinho Silva](#), ex-ministro da Secom de Dilma e ex-presidente do PT.



- Segundo levantamento da reportagem, o governo já destinou a cidades governadas pelo PT e aliados, cerca de R\$ 1,4 bilhões do orçamento da União, desde a sua posse.
- Na lista estão os municípios paulistas de Mauá, Araraquara, Diadema e Hortolândia, além de Cabo Frio e Belford Roxo, governados por aliados do PT no Rio de Janeiro. A apuração demonstrou que o volume de verbas repassadas consegue, em alguns casos, ser maior que o repassado a 13 capitais.
- Conduta que poderia ser enquadrada como tráfico de influência foi tratada como uma conquista pelo prefeito de Araraquara – SP, Edinho Silva (PT), que chegou a postar vídeo em 11 de julho de 2023.



"Minha gratidão ao presidente Lula que liberou R\$ 143 milhões na quinta-feira [6 de julho]. Eu estava no seu gabinete. Ele ligou para o ministro Jader Barbalho, ministro das Cidades, e falou: 'Olha, tá liberado [sic] os recursos para que Araraquara faça a obra que ela necessita, para que ela não sofra com enchentes. Na reunião que eu fiz com ele, ele ligou na hora para o ministro.'"

- Segundo consulta ao [Tranferegov.br](https://tranferegov.br) a proposta 042500/2023, datada de 05/07/2023, foi assinada dezessete dias úteis após seu registro (28/07). O aceite da proposta foi dado no dia seguinte ao “telefonema” proclamado pelo prefeito.

Principal > Consultar Proposta Acesso Livre

Consultar Proposta

56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
Instrumento 942719

Data	07/07/2023
Parecer do	CONCEDENTE
Responsável	FRANCISCO SAIA ALMEIDA LEITE
Atribuição	Gestor de Convênio do Concedente
Função	Analista de Infraestrutura

Parecer

Proposta Aceita. Plano de Trabalho em Análise.

[Voltar](#)

- Na mesma data, foi emitido o parecer de mérito da proposta, que a enquadra no programa 222 – Saneamento Básico – despesas primárias discricionárias do governo (RP – 2), registra a adimplência do município ao SNIS 2023, e menciona manuais que devem ser considerados, para então acrescentar ressalva:

“(...) facultado ao Secretário Nacional de Saneamento Ambiental autorizar a não aplicação, a determinado caso concreto, de disposições dos respectivos normativos, a partir de solicitação do PROPONENTE/CONVENIENTE, e após análise técnica, motivada e conclusiva, da MANDATÁRIA, e posicionamento da respectiva área técnica da SNSA, desde que não represente infringência a norma hierarquicamente superior.”

(trecho do parecer de mérito juntado ao processo. Extraído do tranferegov em 23.08.24)

- Três dias úteis após aceite e aprovação de mérito (12/7), foi emitido o mérito do plano de trabalho, como adequado e aceite.
- Em outra matéria, as jornalistas destacam a participação do chefe de gabinete de Lula, Marco Aurélio Santana Ribeiro, na destinação das verbas próprias dos ministérios da Saúde, Educação, Cidades, Trabalho e Assistência Social, [apuração do UOL](#).
- Do mesmo modo, a reportagem aponta a comemoração do ex-secretário de Hortolândia, Cafu Cesar, que agradece diretamente ao chefe de gabinete de Lula por “pegar” a cidade como prioridade. Na ocasião foram liberados R\$ 50 milhões para exames de cirurgias em outubro de 2023.



- Abaixo, destaque da matéria com as 10 cidades que mais receberam verbas para exames e cirurgias, segundo levantamento da UOL.



Governo Lula cede mais uma vez ao MST: Diretrizes de paz no campo ignoram vozes críticas e aumentam a insegurança rural

A relação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o governo petista expõe um cenário de conivência e incentivo às invasões de terras produtivas, prejudicando a economia agrícola e ameaçando a segurança no campo. O apoio político ao movimento mostra a disposição do governo em atender a pautas radicais, em detrimento da estabilidade e do desenvolvimento rural.

- Em uma manobra política controversa, o governo Lula decidiu chamar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para colaborar na criação de diretrizes para a "paz no campo". A [medida](#) tem sido amplamente criticada por especialistas e lideranças rurais que alegam que a inclusão do MST em processos de governança agrária só tende a exacerbar a insegurança e o conflito rural.



- Ao convidar o MST para participar da formulação de políticas, o governo demonstra uma visão estreita e parcial das complexas questões agrárias brasileiras. A decisão ignora as vozes de produtores rurais e das comunidades afetadas, que há muito tempo clamam por um diálogo mais inclusivo e equilibrado. Críticos apontam que a presença predominante do MST na elaboração das diretrizes pode levar a uma agenda que favorece a radicalização e o acirramento dos conflitos, em vez de promover uma verdadeira resolução de disputas.
- Essa ação do governo não só enfraquece o princípio da equidade na formulação de políticas agrárias, como também dá sinais de que a administração Lula está disposta a alinhar suas estratégias com grupos específicos em detrimento da paz e da estabilidade no campo. A decisão levanta questões sobre a efetividade das políticas que estão sendo criadas e o impacto real que terão sobre a vida dos agricultores e das comunidades rurais.
- Enquanto o governo finge buscar soluções para os conflitos agrários, a falta de uma abordagem abrangente e a preferência por interlocutores que têm uma visão polarizadora do problema só tendem a prolongar a crise e a alimentar novas tensões. Em vez de avançar com medidas que promovam um verdadeiro entendimento e resolução, a administração Lula parece estar mais interessada em consolidar alianças políticas que podem, na prática, agravar a situação.
- Vale lembrar que, desde o início do Lula 3, o número de invasões em 1 ano e meio de mandato já foram 60% maiores que os 4 anos de governo Bolsonaro.

Figura 1. Invasões de propriedades rurais, por ano:

